



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Desempenho das Operações de Capitalização

No exercício de 2016, a Bradesco Capitalização S.A. manteve a política de fortalecimento de sua participação no mercado, atingindo arrecadação no montante de R\$ 5,630 bilhões, apresentando um crescimento de 2,23% em relação ao ano anterior, quando as arrecadações alcançaram R\$ 5,507 bilhões. Foram sorteados 2.166 títulos, atingindo o montante de R\$ 95,444 milhões de prêmios sorteados aos clientes.

Com isso, baseada por uma política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício com 2,8 milhões de clientes e uma carteira de 19,107 milhões de títulos ativos.

Inovação em Produtos e Serviços

Atualizada com as tendências do mercado, a Bradesco Capitalização lançou o título de capitalização "Pé Quente Bradesco Exclusive". Pagamento mensal variável de R\$ 60,00 a R\$ 100,00 com sorteios semanais, mensais e um anual, que varia de R\$ 6 mil a R\$ 500 mil, assim como a disponibilização de produtos e serviços de Capitalização no Bradesco Celular.

Destaca-se também, o lançamento do produto para clientes Exclusive do Banco Bradesco, o "Pé Quente Bradesco Exclusive Socioambiental". O novo produto possui três opções de pagamentos mensais, sendo quinze sorteios semanais de R\$ 6 mil a R\$ 10 mil, um sorteio mensal de R\$ 60 mil a R\$ 100 mil e dois sorteios especiais em dezembro com prêmios de R\$ 300 mil a R\$ 500 mil. A grande novidade foi o lançamento do produto, o "Pé Quente Max Prêmios". O novo produto possui cinco opções de pagamentos mensais, um sorteio semanal de R\$ 15 mil a R\$ 75 mil e outras cinco opções de pagamento único de R\$ 500,00 a R\$ 2.500,00 com prêmios de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil.

Resultado do Exercício

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2016, Lucro Líquido de R\$ 431,374 milhões (R\$ 565,311 milhões no exercício de 2015), representando uma rentabilidade de 78,45% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investindo para o futuro

Em seus mais de trinta anos de história a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados, atender às suas expectativas e possibilitar a realização de seus sonhos. Tudo isto aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito da economia programada.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo da Bradesco Capitalização uma das maiores e mais sólidas Sociedades de Capitalização no Brasil.

No exercício foram realizados investimentos significativos no desenvolvimento de sistemas e de novos produtos. Entre os novos produtos, destaca-se o Pé Quente Max Prêmios Bradesco Capitalização, um produto inovador, diferenciado e abrangente, permitindo aos clientes uma ótima maneira de guardar dinheiro e ainda concorrer a prêmios todas as semanas.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o aculturamento de gestão de riscos e capital, nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, o Grupo possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratadas com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Capitalização avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e de tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Capitalização, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações e normas relativas aos temas, editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Bradesco Capitalização atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alicerçada a partir da Comissão de Avaliação de Operações com Índícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo que objetiva a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Capitalização, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Capitalização, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Capitalização. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Reconhecimento

A Bradesco Capitalização foi destaque no anuário "Valor 1000", promovido pelo Jornal Valor Econômico, conquistando os primeiros lugares nas categorias: "Lucro Líquido"; "Lucro Operacional" e "Mais Rentáveis sobre o Patrimônio". O anuário tem por objetivo mostrar as informações das mil empresas que ficaram entre as categorias mais importantes do mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 1 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE		4.118.913	3.587.278
Disponível		126	531
Caixa e bancos		126	531
Aplicações	4	4.040.665	3.531.539
Crédito das operações de capitalização		6.807	4.133
Crédito das operações de capitalização		6.807	4.133
Outros créditos operacionais		13	56
Outros créditos operacionais		13	56
Títulos e créditos a receber		71.302	51.019
Títulos e créditos a receber		-	255
Créditos tributários e previdenciários	6	71.245	50.703
Outros créditos		57	61
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.683.141	4.027.128
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.636.480	3.996.629
Aplicações	4	3.469.487	3.736.977
Títulos e créditos a receber		166.993	259.652
Créditos tributários e previdenciários	6	114.018	209.681
Depósitos judiciais e fiscais	13(v)	52.975	49.971
IMOBILIZADO	7	1.344	1.591
Bens móveis		222	300
Outras imobilizações		1.122	1.291
INTANGÍVEL	8	45.317	28.908
Outros intangíveis		45.317	28.908
TOTAL DO ATIVO		7.802.054	7.614.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE		7.311.921	7.386.295
Contas a pagar		569.501	492.599
Obrigações a pagar	9	312.231	256.467
Impostos e encargos sociais a recolher		3.907	2.565
Encargos trabalhistas		295	268
Impostos e contribuições	10	253.068	233.299
Débitos de operações com capitalização		329	199
Débitos operacionais		329	199
Depósitos de terceiros	11	691	14
Provisões técnicas - capitalização	12	6.741.400	6.893.483
Provisão para resgates		6.587.771	6.744.431
Provisão para sorteios		56.647	59.203
Provisão administrativa		96.982	89.849
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.215	21.458
Outros débitos		22.215	21.458
Provisões judiciais	13	22.215	21.458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	467.918	206.653
Capital social		385.000	385.000
Reservas de lucros		222.849	91.475
Ajustes de avaliação patrimonial		(139.931)	(269.822)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.802.054	7.614.406

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Receita líquida com títulos de capitalização		560.915	592.422
Arrecadação com títulos de capitalização		5.630.329	5.506.969
Variação da provisão para resgate		(5.069.414)	(4.914.547)
Variação das provisões técnicas		(7.133)	7.367
Resultado com sorteio		(94.185)	(92.686)
Custo de aquisição	18(a)	(51.200)	(57.895)
Outras receitas e despesas operacionais	18(b)	36.347	37.826
Outras receitas operacionais		42.107	43.891
Outras despesas operacionais		(5.760)	(6.065)
Despesas administrativas	18(c)	(112.825)	(106.153)
Despesas com tributos	18(d)	(25.678)	(27.311)
Resultado financeiro	18(e)	471.416	565.997
Receitas financeiras		1.001.937	1.127.450
Despesas financeiras		(530.521)	(561.453)
Resultado patrimonial	18(f)	-	3.653
Resultado operacional		777.657	923.220
Ganhos e perdas com ativos não correntes		5.084	2.626
Resultado antes dos impostos e participações		782.741	925.846
Imposto de renda	18(g)	(192.779)	(214.765)
Contribuição social	18(g)	(158.099)	(145.315)
Participações sobre o resultado		(489)	(455)
Lucro líquido do exercício		431.374	565.311
Quantidade de ações		227.152	227.152
Lucro líquido por ação - R\$		1.899,05	2.488,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado antes dos impostos e participações	782.741	925.846
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	8.727	3.534
Variações das provisões técnicas	5.136.149	4.955.987
Ganho ou perda na alienação de investimentos, imobilizado e intangível	1	-
Variações monetárias	460.633	476.305
Lucro líquido ajustado do exercício	6.388.251	6.361.672
Variações nas contas patrimoniais (aumento)/redução:		
Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(1.950.066)	475.301
Créditos das operações de capitalização	(2.674)	(80)
Títulos e créditos a receber	5.867	38.489
Outros créditos operacionais	43	(23)
Contas a pagar	(7.894)	(53.852)
Débitos das operações de capitalização	130	148
Dépósitos de terceiros	677	-
Provisões técnicas - capitalização	(5.768.196)	(5.250.830)
Outros débitos	2	558
Caixa consumido pelas operações	(7.722.111)	(4.790.289)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(188.085)	(184.301)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(138.486)	(116.887)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(1.660.431)	1.270.195
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	-	2.974
Aplicações - títulos diponíveis para a venda	1.708.430	(391.320)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	219.240	14.045
Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(2.755)	(173.512)
Aquisição de imobilizado	(16)	(1.523)
Ativo intangível desenvolvido internamente	(24.882)	(20.532)
Alienação de imobilizado	9	1
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	1.900.026	(569.667)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(240.000)	(700.000)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(240.000)	(700.000)
(Redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa	(405)	528
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	531	3
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	126	531
(Redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa	(405)	528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º janeiro de 2015	312.824	-	18.117	434.154	(174.142)	-	590.953
Aumento de capital:							
AGE 25/03/2015	-	72.176	-	(72.176)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 213 de 17/07/2015	72.176	(72.176)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(95.680)	-	(95.680)
Dividendos por conta de reservas (R\$1.593,55 por ação)	-	-	-	(361.978)	-	-	(361.978)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	565.311	565.311
Dividendos pagos (R\$902,27 por ação)	-	-	-	-	-	(204.953)	(204.953)
Dividendos propostos (R\$1.056,56 por ação)	-	-	-	-	-	(240.000)	(240.000)
Juros sobre capital próprio (R\$206,91 por ação)	-	-	-	-	-	(47.000)	(47.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	28.266	45.092	-	(73.358)	-
Saldo em 31 dezembro de 2015	385.000	-	46.383	45.092	(269.822)	-	206.653
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	129.891	-	129.891
Dividendos por conta de reservas (R\$198,51 por ação)	-	-	-	(45.092)	-	-	(45.092)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	431.374	431.374
Dividendos propostos (R\$1.122,19 por ação)	-	-	-	-	-	(254.908)	(254.908)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	21.569	154.897	-	(176.466)	-
Saldo em 31 dezembro de 2016	385.000	-	67.952	154.897	(139.931)	-	467.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri – São Paulo, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas na Reunião de Diretoria em 01 de fevereiro de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações; 12 - Provisões técnicas - Capitalização e 13 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritas a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

e. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

f. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil, e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

g. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

h. Provisões técnicas

A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular.

A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A metodologia de cálculo consiste na acumulação de aportes que provêm de percentuais de cotas de sorteios aplicáveis sobre os pagamentos, conforme estabelecido no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título.

A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização de pagamento único (PU).

i. Carregamento dos principais produtos

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo	2016/2015
15414.001381/2006-53	PU	9%
15414.900190/2015-67	PU	8%
15414.100494/2012-89	PU	5%
15414.003354/2011-82	PU	5%
15414.900188/2015-98	PU	5%
15414.004840/2008-12	PM	11%
15414.100141/2012-89	PM	11%
15414.004839/2008-98	PM	10%
15414.900061/2014-98	PM	8%
15414.003682/2003-79	PM	8%

j. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Esses planos de previdência, permitem acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela patrocinadora, sendo os recursos investidos em Fundos de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais desses planos estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. Esses planos são administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A..

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/15 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% de juros ao mês.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescrites são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 – instrumentos financeiros (CPC 48)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (CPC 47)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 521/2015, foi nomeado um Gestor de Riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições o cálculo do capital regulatório bem como de enviar estudos de precificação de novos produtos.

Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade pré-definidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores que as esperadas.

Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização

A Companhia monitora e avalia a exposição de riscos, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica da Bradesco Capitalização.

O risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado principalmente pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	2016				
	AAA	AA	B	Sem rating	Total
Valor justo por meio do resultado	2.860.541	88.108	2.292	13.344	2.964.285
Título de renda fixa público	2.573.508	-	-	-	2.573.508
Título de renda fixa privado	287.033	88.108	2.292	13.344	390.777
Disponíveis para a venda	4.499.736	5.229	40.902	-	4.545.867
Título de renda fixa público	4.498.871	-	-	-	4.498.871
Título de renda fixa privado	865	5.229	40.902	-	46.996

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão de Riscos e de Estratégia de alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos, também garantem a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	2016	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
À vista ou sem vencimento definido	126	312.167
Fluxo de 0 a 3 meses	4.118.168	1.297.049
Fluxo de 3 a 6 meses	27.769	1.646.027
Fluxo de 6 a 9 meses	72.490	1.190.206
Fluxo de 9 a 12 meses	27.769	906.805
Fluxo de 12 a 60 meses	4.155.043	2.251.452
Fluxo acima de 60 meses	170.785	-
Total	8.572.150	7.603.706

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos e o passivo a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos	59.625	
Taxa Pré-fixada de 1 ano	11,55%	
Cupom de IPCA de 1 ano	5,97%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes, em 31 de dezembro de 2016:

Período	Fatores de riscos				
	Taxa de Juros em reais	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2016	(395)	(957)	-	(1.352)	(757)
Impacto sobre as exposições sujeitas à:	Variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

- O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.
- Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2016	%	2015	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.964.285	39,47	1.014.219	13,95
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	2.964.285	39,47	1.014.219	13,95
Títulos disponíveis para venda	4.545.867	60,53	6.254.297	86,05
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	3.851.094	51,28	3.451.743	47,49
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	594.395	7,91	2.717.202	37,38
Títulos de renda fixa - Fundo de investimento de renda fixa	53.407	0,71	-	-
Títulos de renda fixa - Debêntures	39.246	0,52	38.613	0,53
Títulos de renda fixa - Certificados de recebíveis imobiliários	5.229	0,07	5.218	0,07
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	2.496	0,04	4.383	0,07
Títulos de renda variável - Ações	-	-	37.138	0,51
Total	7.510.152	100,00	7.268.516	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

Títulos a valor justo por meio do resultado	2016						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido		181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
Títulos a valor justo por meio do resultado	83.597	47.413	190.702	2.642.573	2.964.285	2.964.225	60
Letras financeiras do tesouro	-	-	314	2.125.099	2.125.413	2.128.422	(3.009)
Letras do tesouro nacional	19.726	-	15.487	262.286	297.499	294.765	2.734
Letras financeiras de emissores privados	-	47.413	137.648	87.027	272.088	270.863	1.225
Notas do tesouro nacional	-	-	-	150.596	150.596	150.123	473
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	63.850	-	-	-	63.850	63.850	-
Debêntures	-	-	37.253	17.565	54.818	56.181	(1.363)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	21	-	-	-	21	21	-
Títulos disponíveis para venda	1.076.380	-	-	3.469.487	4.545.867	4.779.086	(233.219)
Notas do tesouro nacional	524.138	-	-	3.380.338	3.904.476	4.136.746	(232.270)
Letras do tesouro nacional	549.721	-	-	44.674	594.395	593.195	1.200
Debêntures	-	-	-	39.246	39.246	32.961	6.285
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	5.229	5.229	4.958	271
Fundos de investimentos imobiliários	2.496	-	-	-	2.496	11.201	(8.705)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	25	-	-	-	25	25	-
Total	1.159.977	47.413	190.702	6.112.060	7.510.152	7.743.311	(233.159)

Títulos a valor justo por meio do resultado	2015						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido		181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo	
Títulos a valor justo por meio do resultado	26.313	79.196	123.408	785.302	1.014.219	1.014.054	165
Letras financeiras de emissores privados	14.062	79.196	123.408	344.059	560.725	558.228	2.497
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	366.027	366.027	366.029	(2)
Debêntures	-	-	-	75.216	75.216	77.546	(2.330)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	12.251	-	-	-	12.251	12.251	-
Títulos disponíveis para venda	591.230	386.709	1.539.381	3.736.977	6.254.297	6.704.001	(449.704)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.218.065	3.451.743	3.882.041	(430.298)
Letras do tesouro nacional	549.709	386.709	1.305.703				

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	2.573.508	390.777	2.964.285	366.027	648.192	1.014.219
Letras financeiras do tesouro	2.125.413	-	2.125.413	366.027	-	366.027
Letras do tesouro nacional	297.499	-	297.499	-	-	-
Letras financeiras de emissores privados	-	272.088	272.088	-	560.725	560.725
Notas do tesouro nacional	150.596	-	150.596	-	-	-
Letras financeiras do tesouro						
- operação compromissada	-	63.850	63.850	-	-	-
Debêntures	-	54.818	54.818	-	75.216	75.216
Notas do tesouro nacional						
- operação compromissada	-	21	21	-	12.251	12.251
Disponíveis para venda	4.501.367	44.500	4.545.867	6.210.466	43.831	6.254.297
Notas do tesouro nacional	3.904.476	-	3.904.476	3.451.743	-	3.451.743
Letras do tesouro nacional	594.395	-	594.395	2.717.202	-	2.717.202
Debêntures	-	39.246	39.246	-	38.613	38.613
Certificados de recebíveis imobiliários	-	5.229	5.229	-	5.218	5.218
Fundos de investimentos imobiliários	2.496	-	2.496	4.383	-	4.383
Notas do tesouro nacional						
- operação compromissada	-	25	25	-	-	-
Ações	-	-	-	37.138	-	37.138
Total	7.074.875	435.277	7.510.152	6.576.493	692.023	7.268.516

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2016			2015		
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro	1.014.219	6.254.297	7.268.516	1.489.520	5.862.977	7.352.497
(+) Aplicações	4.054.458	851.340	4.905.798	2.266.877	1.576.691	3.843.568
(-) Resgates	(2.393.108)	(3.423.006)	(5.816.114)	(2.927.096)	(1.888.470)	(4.815.566)
(+) Rendimentos	288.716	646.751	935.467	184.918	876.131	1.061.049
(-) Ajuste ao valor justo	-	216.485	216.485	-	(159.467)	(159.467)
Saldo final em 31 de dezembro	2.964.285	4.545.867	7.510.152	1.014.219	6.254.297	7.268.516

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2016, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 91,46% no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI sendo que os derivativos a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge de valor justo), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de investimento	Mercadoria (*)	Prazo de Realização	Valor de referência	
			Compromisso de Compra	Compromisso de Venda
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	De 0 a 12 meses	-	(6.572)
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	De 1 a 5 anos	33.336	-
Bradesco FI RF Consolidador	DI1	Acima de 5 anos	15.590	-
Total			48.926	(6.572)

(*) DI1- Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia. O Resultado no exercício de 2016 foi de R\$816 e o valor a receber foi de R\$11. Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de Investimentos das Seguradoras, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido a contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

6 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos a compensar	71.245	-	71.245	50.703	-	50.703
Créditos e tributos diferidos (b-i)	-	119.927	119.927	-	215.287	215.287
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	(5.909)	(5.909)	-	(5.606)	(5.606)
Total	71.245	114.018	185.263	50.703	209.681	260.384

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2015	Consti-tuição	Rea-lização	Saldo em 2016
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	27.864	-	(7.797)	20.067
Provisões para contingências fiscais	4.951	558	(261)	5.248
Provisões para contingências cíveis	373	547	(523)	397
Provisões para contingências trabalhistas	29	136	(58)	107
Outros	2.188	325	(1.693)	820
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	35.405	1.566	(10.332)	26.639
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	179.882	25.911	(112.505)	93.288
Total dos créditos tributários	215.287	27.477	(122.837)	119.927

	Saldo em 2014	Consti-tuição	Rea-lização	Saldo em 2015
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	60.945	5.961	(39.042)	27.864
Provisões para contingências fiscais	4.787	413	(249)	4.951
Provisões para contingências cíveis	228	373	(228)	373
Provisões para contingências trabalhistas	21	29	(21)	29
Outros	5.516	2.118	(5.446)	2.188
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	71.497	8.894	(44.986)	35.405
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	116.097	112.300	(48.515)	179.882
Total dos créditos tributários	187.594	121.194	(93.501)	215.287

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2015	Consti-tuição	Rea-lização	Saldo em 2016
Provisão de IR/CSLL sobre atualização de depósito judicial	5.606	308	(5)	5.909
Total	5.606	308	(5)	5.909

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2017	624	423		1.047
2018	273	155		428
2019	222	123		345
2020	203	111		314
2021 em diante	15.403	9.102		24.505
Total	16.725	9.914		26.639

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta R\$23.944.

7 Imobilizado

	Saldo em 2015				Saldo em 2016
	em 2015	Aquisição	Depre-ciação	Baixa	
Bens móveis	300	16	(85)	(9)	222
Outras imobilizações	1.291	-	(169)	-	1.122
Total	1.591	16	(254)	(9)	1.344

	Saldo em 2014				Saldo em 2015
	em 2014	Aquisição	Depre-ciação	Baixa	
Bens móveis	267	96	(62)	(1)	300
Outras imobilizações	110	1.227	(46)	-	1.291
Total	377	1.323	(108)	(1)	1.591

8 Intangível

	Saldo em 2015			Saldo em 2016
	em 2015	Aquisição	Amortização	
Sistema de computação	28.908	24.882	(8.473)	45.317
Total	28.908	24.882	(8.473)	45.317

	Saldo em 2014			Saldo em 2015
	em 2014	Aquisição	Amortização	
Sistema de computação	11.802	20.532	(3.426)	28.908
Total	11.802	20.532	(3.426)	28.908

9 Obrigações a pagar

	2016		2015	
	em 2016	em 2016	em 2015	em 2015
Partes relacionadas (nota 17)	306.863	246.462	440	420
Participação nos lucros a pagar	440	420	178	545
Fornecedores	178	545	52	640
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	52	640	4.698	8.400
Outras obrigações	312.231	256.467	-	-
Total	1.287	1,109	1,270	1,605

10 Impostos e contribuições

	2016		2015	
	em 2016	em 2016	em 2015	em 2015
Imposto de renda	130.868	129.627	119.129	101.370
Contribuição social	119.129	101.370	2.642	1.980
COFINS	2.642	1.980	429	322
PIS	429	322	-	-
Total	253.068	233.299	253.068	233.299

11 Depósito de terceiros

	2016		2015	
	Até 30 dias	Total	Até 30 dias	Total
Valores a reclassificar - capitalização	691	691	14	14
Total	691	691	14	14

12 Provisões técnicas - capitalização

a. Composição

	2016		2015	
	em 2016	em 2016	em 2015	em 2015
Provisão matemática para capitalização	5.868.448	6.082.665	719.323	661.766
Provisão para resgates	719.323	661.766	96.982	89.849
Provisão para despesas administrativas	96.982	89.849	42.357	43.616
Provisão para sorteios a realizar	42.357	43.616	14.290	15.587
Provisão para sorteios a pagar	14.290	15.587	-	-
Total	6.741.400	6.893.483	6.741.400	6.893.483

b. Movimentação das provisões técnicas

	2016		2015	
	em 2016	em 2016	em 2015	em 2015
Saldo em 1º de janeiro	6.893.483	6.707.862	5.169.238	4.994.978
(+) Constituições (resgates e sorteios)	5.169.238	4.994.978	(5.768.196)	(5.250.830)
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.768.196)	(5.250.830)	(33.089)	(38.991)
(-) Baixa de títulos prescritos	(33.089)	(38.991)	479.964	480.464
(+) Atualização monetária e juros	479.964	480.464	-	-
Saldo em 31 de dezembro	6.741.400	6.893.483	6.741.400	6.893.483

13 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados.

A principal discussão refere-se à dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$9.073 (R\$8.634 em dezembro de 2015), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	2016		2015	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	20.545	66	847	21.458
Constituições	-	344	1.367	1.711
Reversões	(290)	(144)	(1.275)	(1.709)
Atualização monetária	755	-	-	755
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.010	266	939	22.215

	2015		2016	
	Fiscais	Trabalhistas		

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

17 Transações e saldos com partes relacionadas

2016		2015		2016		2015	
Ativo	63.916	12.962	Despesas	(57.568)	(53.089)		
Disponível	20	711	Rateio das despesas administrativas	(52.683)	(48.267)		
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	20	711	Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (b)	(52.683)	(48.267)		
Aplicações	63.896	12.251	Despesas com alugueis	(798)	(623)		
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	63.896	12.251	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada)	(798)	(610)		
Passivo	306.863	246.462	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	(13)		
Dividendos a pagar	300.000	240.000	Outras despesas	(3.989)	(3.986)		
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto)	300.000	240.000	Banco Bradesco S.A. (controlador final)(d)	(29)	(26)		
Valores a pagar	6.863	6.462	BSP Affinity (empresa ligada) (c)	(3.960)	(3.960)		
Bradesco Seguros S.A. (controlador direto) (b)	6.533	5.235	Despesas com prestação de serviço	(98)	(213)		
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada) (e)	-	1.227	Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada)	(98)	(213)		
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	330	-	Total (receita – despesa)	(57.568)	(53.089)		
Total (ativo – passivo)	(242.947)	(233.500)					

- (a) Refere-se às operações compromissadas de títulos públicos.
 (b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
 (c) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
 (d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
 (e) Valores a pagar referente às benfeitorias para adequação da ocupação no edifício Alphaville.
Remuneração do pessoal-chave da Administração
 Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.
 Em 2016, foi determinado o valor máximo de R\$1.100 (R\$2.000 em 2015) líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$400 (R\$2.000 em 2015) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

	2016	2015
Benefícios a Administradores		
Planos de previdência complementar de contribuição definida	375	1.974
Proventos	720	1.963
Encargos sociais	162	442
Total	1.257	4.379

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Custo de aquisição

	2016	2015
Despesas de custeamento de venda	(43.957)	(48.387)
Despesas de corretagem	(5.745)	(7.174)
Outros custos de aquisição	(1.498)	(2.334)
Total	(51.200)	(57.895)

b. Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Receita com baixa de títulos prescritos	33.089	38.991
Outras receitas e despesas operacionais	3.350	(927)
Reversão de provisão para contingências cíveis	(92)	(238)
Total	36.347	37.826

c. Despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com pessoal próprio	(25.673)	(25.443)
Ordenados	(13.731)	(12.098)
INSS/FGTS	(4.913)	(4.655)
Honorários da Administração	(773)	(1.798)

	2016	2015
Planos de previdência privada	(457)	(2.038)
Outras	(5.799)	(4.854)
Despesas com localização e funcionamento	(30.630)	(26.876)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(26.345)	(22.537)
Despesas com serviços de terceiros	(22.779)	(20.490)
Despesas com donativos e contribuições	(5.659)	(9.387)
Despesas administrativas diversas	(1.739)	(1.420)
Total	(112.825)	(106.153)

d. Despesas com tributos

	2016	2015
Despesas com COFINS	(20.235)	(22.020)
Despesas com PIS	(3.288)	(3.578)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.968)	(1.545)
Impostos federais/estaduais/municipais	(187)	(168)
Total	(25.678)	(27.311)

e. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	974.432	1.075.436
Atualização monetária de créditos tributários	19.329	4.327
Receitas com títulos de renda variável	6.970	40.841
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	757	715
Receitas com títulos de renda variável - dividendos e juros sobre o capital próprio	449	6.125
Outras receitas financeiras	-	6
Subtotal	1.001.937	1.127.450
Despesas financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas	(479.964)	(480.464)
Despesas com títulos de renda fixa e renda variável	(39.771)	(57.266)
Tributação sobre operações financeiras	(9.687)	(8.628)
Redução ao valor recuperável de títulos de renda variável	-	(13.565)
Atualização monetária de provisões judiciais	(755)	(883)
Outras despesas financeiras	(344)	(647)
Subtotal	(530.521)	(561.453)
Total	471.416	565.997

f. Resultado patrimonial

	2016	2015
Reversão provisão desvalorização incentivo fiscal	-	3.653
Total	-	3.653

g. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Impostos diferidos		
Realização/constituição no exercício sobre adições temporárias	(9.069)	(36.378)
Subtotal	(9.069)	(36.378)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(341.809)	(323.702)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(350.878)	(360.080)

19 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes de impostos e participações	782.741	925.846
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20% respectivamente	(352.233)	(416.631)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Doações, patrocínios e brindes	(5.675)	(7.757)
Participações no lucro	220	204
Contribuição de entidade de classe	(135)	(138)
Dividendos	96	1.379
Multas indedutíveis	(44)	-
Excesso de gastos com a previdência	(32)	(795)
Juros sobre capital próprio	220	21.150
Outros valores	7.577	13.615
Efeito do diferencial de alíquota da contribuição social	-	26.804
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(872)	2.089
Imposto de renda e contribuição social contabilizados no exercício	(350.878)	(360.080)
Alíquota efetiva	44,83%	38,89%

20 Outras informações

Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 8 de fevereiro de 2017, nos jornais Valor Econômico e Jornal do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser	Diretor-Geral	Eugênio Liberatori Velasques	Diretor	Jair de Almeida Lacerda Júnior	Atuário - MIBA nº 809
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Getúlio Antônio Guidini	Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor Gerente				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Bradesco Capitalização S.A.**

Barueri – SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
 Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Capitalização S.A.

Barueri – SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e sobre demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes itens atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Capitalização S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência acima referidos da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens

integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
 São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
 CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia
 Atuário MIBA 1131

Anexo I Bradesco Capitalização S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	6.741.400
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	31/12/2016
Provisões Técnicas (a)	6.741.400
Valores redutores (b)	-
Total a ser coberto (a-b)	6.741.400
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2016
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	207.621
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	207.621
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	499.323
Exigência de Capital (CMR) (b)	207.621
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	291.702
Ativos Garantidores (d)	7.438.897
Total a ser Coberto (e)	6.741.400
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	697.497
Ativos Líquidos (g)	697.497
Capital de Risco (CR) (h)	206.060
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	338,5%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.